

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA: GÊNERO DE TEXTO, CONTEXTO E REGISTRO NA PERSPECTIVA DA LSF*

Miliane Moreira Cardoso Vieira**

Karla Mikaelly Araújo Noletto***

Silvilene Alves da Silva Lima****

Erisvânio Silva Martins*****

RESUMO

Este artigo discute a aplicação da Pedagogia de Gêneros da Escola de Sydney (PGES) e do Ciclo de Ensino e Aprendizagem (CEA), fundamentados na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), como ferramentas didáticas na formação docente. A partir de estudos teóricos e experiências práticas, analisam-se suas contribuições para o ensino de leitura e escrita, alinhadas à BNCC. Em tempos de resistência cultural e rápidas transformações sociais, tais abordagens promovem uma educação inclusiva e plural, ampliando a formação docente para além da sala de aula.

Palavras-chave: Pedagogia de Gêneros. Linguística Sistêmico-Funcional. Prática Pedagógica

* Gêneros e registros são termos utilizados pelos sistemicistas para se referirem ao significado e à função da variação entre os textos na dimensão contextual, bem como a quanto os textos se assemelham e se distinguem por expressarem linguística e discursivamente traços do contexto social em que são utilizados (Silva, 2018, p. 305).

** Professora na Universidade Federal do Norte do Tocantins. Pós-doutora (UNIFESP/Campus Guarulhos). Doutora em Letras (UFT). Mestre em Linguística (2008) E-mail: miliane.vieira@ufnt.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5815-6971>.

*** Mestranda em Letras Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: karlamikaellynoletto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8968-4637>

**** Mestranda em Letras pelo programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) na Universidade Federal do Tocantins (UFNT). É professora da Rede Municipal e Estadual do (Maranhão). Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: silvilene-alves@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7274-784X>

***** Mestrando em Formação pelo Programa de Pós-Graduação em Letras - PROFLETRAS / UFNT. Professor Efetivo do Ensino Fundamental Anos Finais - Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz desde 2021. Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: erisvaniobrasil@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6909-1824>

TEACHER EDUCATION IN TIMES OF RESISTANCE: TEXT GENRE, CONTEXT, AND REGISTER FROM AN SFL PERSPECTIVE

Abstract

This article discusses the application of the Genre-Based Pedagogy from the Sydney School (PGES) and the Teaching and Learning Cycle (CEA), both grounded in Systemic Functional Linguistics (SFL), as didactic tools in teacher education. Based on theoretical studies and practical experiences, it analyzes their contributions to reading and writing instruction aligned with the BNCC. In times of cultural resistance and rapid social change, these approaches foster inclusive and plural education, expanding teacher training beyond the classroom.

Keywords: Genre-Based Pedagogy, Systemic Functional Linguistics, Pedagogical practice

FORMACIÓN DEL PROFESOR EN TIEMPOS DE RESISTENCIA: GÉNERO TEXTUAL, CONTEXTO Y REGISTRO DESDE LA PERSPECTIVA DE LA LSF

Resumen

Este artículo analiza la aplicación de la Escuela de Pedagogía de Género de Sídney (EPG) y el Ciclo de Enseñanza y Aprendizaje (CEA), basados en la Lingüística Sistémico-Funcional (LES), como herramientas didácticas en la formación docente. Con base en estudios teóricos y experiencias prácticas, se analizan sus contribuciones a la enseñanza de la lectura y la escritura, en consonancia con la BNCC (Base Curricular Nacional Brasileña). En tiempos de resistencia cultural y rápidas transformaciones sociales, estos enfoques promueven una educación inclusiva y pluralista, expandiendo la formación docente más allá del aula.

Palabras clave: Pedagogía de Género, Lingüística Sistémico-Funcional, Práctica Pedagógica

INTRODUÇÃO

A Pedagogia com Base em Gêneros da Escola de Sydney (PGES) e o Ciclo de Ensino e Aprendizagem (CEA) destacam-se como abordagens inovadoras no campo educacional, contribuindo significativamente para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem. Ambas são fundamentadas nos princípios da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), conforme delineada por Halliday (1978, 1985, 1994, 2004), Halliday e Hasan (1976, 1989), Eggins (1994), Martin e Rose (2003), Thompson (2004), entre outros, que compreendem a linguagem como um sistema de escolhas semióticas situadas em contextos culturais e sociais específicos (Fuzer; Cabral, 2014, p. 18).

A PGES propõe o ensino de gêneros textuais como meio de promover a compreensão e a produção escrita e oral de forma aprofundada, integrando leitura e escrita de maneira contextualizada e significativa. Já o CEA, sistematizado por Rose e Martin (2012), configura-se como um modelo pedagógico que organiza o ensino em três fases principais — Desconstrução, Construção Conjunta e Construção Independente — permitindo uma aprendizagem estruturada e progressiva. Ambas as abordagens visam desenvolver, de forma gradual e eficaz, as habilidades linguísticas e discursivas dos alunos, promovendo a articulação entre teoria e prática no processo educativo.

Este artigo tem como objetivo discutir e descrever os fundamentos teóricos e as aplicações práticas dessas duas abordagens, com base nos estudos realizados na disciplina Texto e Ensino, parte do Programa de Mestrado em Letras – PROFLETRAS, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). A análise se apoia nas leituras e discussões realizadas ao longo do curso, considerando os princípios e implicações pedagógicas da PGES e do CEA no contexto educacional brasileiro.

Inicialmente, será apresentada uma revisão de literatura que reúne as principais referências teóricas sobre a PGES e o CEA, fundamentada em obras como *Ciclo de Ensino e Aprendizagem da Pedagogia de Gêneros*, de Flávia Damares Amaral Cangussú; *Ateliê de Texto para Ler e Escrever*, de Cristiane Fuzer; *Abordagem de Gênero da Escola de Sydney*, de Cristiane Fuzer et al.; *Gêneros de Texto na BNCC*, de Ramalho, Vian e Cooper; e *Gêneros na Teoria Sistêmico-Funcional*, de Edna Cristina Muniz da Silva. Todos esses textos compartilham a base teórica da LSF e a abordagem PGES, que enfatizam o ensino e a aprendizagem por meio de gêneros textuais.

Em seguida, serão apresentadas reflexões sobre a aplicação prática da PGES e do CEA no contexto educacional, evidenciando de que maneira essas abordagens podem contribuir para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Ao analisarmos essas propostas com maior profundidade, torna-se evidente sua consonância com os documentos orientadores da educação brasileira, em especial com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Este trabalho é relevante por apresentar como a Pedagogia de Gêneros da Escola de Sydney (PGES) e o Ciclo de Ensino e Aprendizagem (CEA), ambos ancorados na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), vêm sendo desenvolvidos e implementados por professores e alunos brasileiros como estratégias de ensino que articulam teoria e prática. A partir de uma perspectiva ampla e discursiva, o artigo busca evidenciar como essas abordagens oferecem suporte teórico-metodológico para uma educação mais

eficaz, significativa e integrada, utilizando exemplos concretos de práticas pedagógicas e atividades realizadas em sala de aula como base para análise e reflexão.

Esse esforço se insere no contexto mais amplo discutido pelo dossiê Práticas e experiências na formação de professores em tempos de resistência cultural, que objetiva contribuir com o atual debate sobre os desafios formativos enfrentados por docentes diante das realidades local, nacional e internacional. Em tempos de crise na governança global e nas relações sociais, as culturas têm se mostrado um importante lastro de resiliência dentro e fora da escola. Nesse cenário, professores e professoras vêm ressignificando suas práticas pedagógicas em resposta às rápidas transformações tecnológicas, comunicacionais e laborais.

Dessa forma, a formação docente adquire uma dimensão que transcende os limites da sala de aula, na medida em que os profissionais da educação assumem a responsabilidade de promover uma formação inclusiva e plural. Frente às pressões ideológicas e aos interesses do mercado, torna-se fundamental investir em práticas educativas que reconheçam a diversidade dos sujeitos e favoreçam o desenvolvimento de competências linguísticas e críticas. A PGES e o CEA, nesse contexto, configuram-se como caminhos potentes para a construção de uma pedagogia comprometida com a cidadania, a justiça social e a valorização das culturas em resistência.

ANÁLISE TEÓRICA E PRÁTICA DA PGES E DO CEA À LUZ DA LSF NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Os estudos relacionados à Pedagogia com Base em Gêneros da Escola de Sydney (PGES), tanto em suas vertentes teóricas quanto práticas, revelam uma diversidade de perspectivas e aplicações. Essa abordagem tem sido amplamente discutida e explorada em pesquisas acadêmicas que vão desde análises conceituais até intervenções pedagógicas aplicadas. Esta seção propõe uma análise de diferentes trabalhos que contribuíram significativamente para a consolidação da PGES e do Ciclo de Ensino e Aprendizagem (CEA) no cenário educacional, com base nos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

Um dos textos fundamentais para essa discussão é Gêneros de Textos na BNCC: um diálogo com a pedagogia com base em gêneros da Escola de Sydney (Ramalho et al., 2021), que apresenta a PGES — também conhecida como Escola de Sydney — como uma abordagem que promove o ensino e a aprendizagem por meio de gêneros textuais nas instituições educacionais, inicialmente implementada na Austrália. Como relata Ramalho et al. (2021):

Essa pedagogia baseia-se nos pressupostos da LSF (Halliday, 1978, 1994; Halliday; Matthiessen, 2014) e foca o trabalho de leitura e de produção de textos que instanciam gêneros fundamentais para o currículo escolar com o intuito de que todos os alunos, sem exceções, possam ter êxito acadêmico (Rose; Martin, 2012).

Portanto, tal abordagem é uma ferramenta que objetiva contribuir no trabalho do professor. Dessa forma, é válido destacar que a PGES propõe o ensino explícito da língua, o que significa dizer que essa

abordagem envolve não apenas os aspectos relacionados aos gêneros que os textos instanciam, como também, os elementos linguísticos que efetivamente constroem os sentidos desses gêneros (Martin; Rose, 2008). A partir dos pressupostos sistêmico-funcionais sobre gêneros de texto delineados em Halliday e Hasan (1989), a PGES sistematizou esses conhecimentos para que fossem abordados de forma didática em sala de aula, chegando assim ao que conhecemos como CEA, uma metodologia que organiza o ensino em etapas progressivas e significativas.

Outro trabalho que apresenta um objetivo prático e tem como alicerce a sala de aula, especialmente nas práticas de produção textual, é a dissertação de mestrado de Flávia Damares Cangussú, intitulada *Ciclo de Ensino e Aprendizagem da Pedagogia de Gênero: uma proposta de intervenção nas práticas de ensino de produção textual*. Nessa pesquisa, o CEA, fundamentado na Pedagogia de Gênero, é utilizado como ferramenta pedagógica para formar indivíduos capazes de exercer sua cidadania de maneira crítica, contribuindo para transformar o meio em que estão inseridos. Esse dinamismo, característico da abordagem, é destacado por Halliday e Hasan (1989), ao sublinharem o papel social e cultural da linguagem.

A dissertação apresenta uma sólida base teórica, referenciando conceitos importantes e conectando teorias. Um dos pilares da pesquisa é a definição da LSF:

A LSF é caracterizada como uma teoria social porque parte da sociedade e da situação de uso para o estudo da linguagem; seu foco está em entender como se dá a comunicação entre os homens, a relação entre indivíduos e desses com a comunidade. Caracteriza-se também como uma teoria semiótica porque se preocupa com a linguagem em todas as suas manifestações. Procura desvendar como, onde, por que e para que o homem usa a língua, bem como a linguagem em geral, e como a sociedade o faz. Trata-se de uma teoria que parte do significado e não da forma. (Ramalho, 2021, p. 27, apud Bárbara e Macêdo, 2009, p. 90)

A partir desses fundamentos, a pesquisa discute o ensino de Língua Portuguesa mediado por gêneros de texto, conforme a perspectiva da LSF. Ela também associa o conceito de gênero ao discurso, como proposto por Rojo (2005), enfatizando que os gêneros funcionam como veículos de significado que permitem ao sujeito analisar criticamente os discursos. Martin e Rose (2008) complementam essa visão, destacando o papel dos gêneros na construção e interpretação dos significados sociais.

Em uma análise inicial, observa-se, segundo Cangussú (2018), a experiência de uma professora que, insatisfeita com as limitações do uso exclusivo do livro didático, buscava oferecer aos alunos um ensino de Língua Portuguesa mais atrativo, significativo e conectado ao cotidiano. Essa inquietação motivou a realização de cursos de formação, nos quais a docente começou a adquirir ferramentas e conhecimentos mais robustos para aprimorar o aprendizado dos alunos. No entanto, foi durante o mestrado que ela compreendeu plenamente o potencial de trabalhar com gêneros de texto, entendendo-os como artefatos sociais permeados por ideologias culturais e sociais. Essa abordagem oportunizou aos alunos maior protagonismo no processo de escrita, ao mesmo tempo que aprofundava sua compreensão sobre os gêneros.

Ainda no campo da LSF, Fuzer (2017), em sua obra *Ateliê de Textos para Ler e Reinventar Estórias: do Contexto ao Texto e Vice-Versa*, propõe um caderno de extensão que aborda narrativas ficcionais,

ou histórias, com diferentes reinvenções. Esse trabalho tem como foco a própria LSF e a concepção de gêneros da Escola de Sydney, utilizando narrativas clássicas, como Chapeuzinho Vermelho, para desenvolver a consciência linguística e a prática da escrita.

O texto inicia-se com um diálogo com o leitor, questionando-o sobre a diferença entre história e estória, buscando facilitar os entendimentos subsequentes. As histórias, descritas como uma família de gêneros cujo propósito principal é envolver ou entreter o ouvinte ou leitor, destacam os contos de fadas como um exemplo marcante, com Perrault e os irmãos Grimm sendo pioneiros no desenvolvimento desse gênero.

Após apresentar os elementos essenciais para as atividades práticas, Fuzer (2017) explora os diferentes contextos históricos e culturais da narrativa Chapeuzinho Vermelho. A análise abrange versões clássicas, como a de Charles Perrault, de 1695, e a dos irmãos Grimm, de 1857, até adaptações mais contemporâneas, como as de Chico Buarque e Celso Antunes. Esses textos foram utilizados em oficinas de leitura e produção de narrativas na perspectiva textual-interativa e sistêmico-funcional, permitindo que os alunos aprendessem a desconstruir e reconstruir textos, analisando as possibilidades de variações contextuais e estilísticas.

A obra destaca que as atividades de leitura e escrita propostas no Ateliê de Textos têm como objetivo preparar os indivíduos para a produção textual, considerando a narrativa como um gênero envolvente que estimula o aprendizado ao oferecer ao leitor a oportunidade de explorar o desconhecido e aprender de forma reflexiva. A narrativa, por seu caráter cativante, é também um instrumento que evita a alienação, promovendo a construção de valores sociais e culturais.

Além disso, o trabalho de Fuzer (2017) valoriza a reescrita, a retextualização e o reconto como procedimentos didático-pedagógicos que permitem aos alunos revisitar os textos de forma criativa e reflexiva. A proposta busca transcender os limites dos livros didáticos e das abordagens tradicionais, como a memorização de regras descontextualizadas, oferecendo caminhos que estimulem a criatividade e o pensamento crítico. Assim, são exploradas as possibilidades de reconstrução textual com base em autores como Chico Buarque e Rosceli, cujas obras fomentam reflexões sociais e culturais no contexto atual.

Com isso, o Ateliê de Textos se torna uma ferramenta didática valiosa para os docentes no trabalho com leitura e escrita, ao conectar textos com características socioculturais aos contextos vividos pelos estudantes. Dessa forma, a valorização da bagagem social dos alunos é destacada como um mecanismo de envolvimento e transformação nas práticas pedagógicas, auxiliando no direcionamento do ensino e da aprendizagem. A obra também enriquece a experiência cultural ao trazer textos que evocam memórias de infância, destacando escolhas linguísticas e desvelando significados que complementam a aprendizagem tanto de quem ensina quanto de quem aprende. Isso reforça a ideia de que, na sala de aula, todos participam do processo de aprendizado, ainda que a origem e o conhecimento prévio de cada um sejam diferentes.

Dessa forma, evidencia-se que, no contexto brasileiro, a leitura e a escrita de gêneros diversos devem capacitar os alunos, ao longo da educação básica, a desenvolver habilidades cognitivas que permitam

compreender, ler e escrever de maneira significativa. A abordagem de gêneros de texto, articulada a diferentes propostas teórico-metodológicas, encontra justificativa sólida na LSF, promovendo práticas educacionais fundamentadas nos contextos de pesquisa e aplicadas a realidades escolares.

Por meio do cenário de pesquisas e produções teóricas envolvendo gêneros escolares em diversos contextos sociais e culturais, consolidaram-se as discussões iniciais sobre a pedagogia de gênero, especialmente no Brasil. Essas reflexões, orientadas pela Escola de Sydney, destacam a viabilidade de implementação dessa abordagem no contexto educacional brasileiro, considerando as semelhanças pedagógicas e o potencial transformador que ela apresenta (Fuzer; Gerhardt; Vian Jr., 2021).

Nesse sentido, o Ministério da Educação tem desempenhado um papel central ao orientar a elaboração de documentos norteadores dos processos de ensino. Esses documentos são desenvolvidos por especialistas das respectivas áreas de conhecimento e atuação, buscando adequar as diretrizes nacionais às realidades regionais. Atualmente, o documento que regula as diretrizes educacionais brasileiras é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Com base na BNCC, os estudos sobre a PGES, fundamentados nos princípios da LSF, têm fornecido suporte científico e metodológico significativo para a realização de pesquisas e práticas no cenário educacional brasileiro (Ramalho; Vian; Cooper, 2021). Dessa forma, a LSF compreende o texto como uma unidade semântica estruturada linguisticamente para construir significados em relação a dois principais contextos: o contexto de cultura e o contexto de situação. Conforme Silva (2018), o contexto de cultura abrange os modos de vida, costumes, valores e crenças individuais e coletivas, fornecendo a base para as práticas discursivas. Dessa maneira, a análise linguística fundamentada na LSF não apenas interpreta as escolhas linguísticas, mas também as conecta aos valores e significados socioculturais que elas expressam.

Com o intuito de contribuir ainda mais com a discussão da LSF, Edna Cristina Muniz da Silva traz em sua pesquisa intitulada *Gêneros na Teoria Sistêmico Funcional*, na qual enfatiza os termos contexto, registro e gênero dentro do paradigma sistêmico funcional fundamentada nos trabalhos de Halliday, Hasan, Matthiessen e Martin. Os estudos apresentam os gêneros e registros como recursos utilizados para descrever como os textos variam e se distinguem na dimensão contextual, refletindo traços do contexto social em que são utilizados. Martin, por exemplo, aborda que contexto de cultura define o potencial, as possibilidades e a escolha que ocorrem dentro do contexto de situação.

Martin, após 1980, trouxe um novo significado ao termo registro. Enquanto Halliday analisa o registro como um domínio da língua, Martin o conecta ao domínio do contexto, ampliando sua relevância e aplicação. A teoria de gênero e registro, proposta por Martin (1992) e fundamentada na LSF de Halliday, foi impulsionada pelas pesquisas educacionais desenvolvidas pelos estudiosos da Escola de Sydney. Desde a década de 1980, essa teoria tem demonstrado grande eficácia em estudos sobre gêneros de texto, consolidando-se como uma base teórica essencial para o ensino de leitura e escrita.

Matthiessen (1993) complementa essa abordagem ao entender o registro como variações de acordo com o contexto de uso, ou seja, um aspecto da variação funcional em termos de campo, relações e

modo. Essas variações, segundo o autor, não podem ser dissociadas do sistema linguístico, pois constituem uma atividade simultaneamente linguística e metalinguística. Dessa forma, o conceito de gênero se relaciona ao contexto de cultura, enquanto o registro está vinculado ao contexto de situação, descrevendo as variações linguísticas de acordo com o campo (o que está sendo tratado), as relações (quem está envolvido) e o modo (como a comunicação é realizada).

Conforme os escritos de Halliday, McIntosh e Strevens (1964), a teoria de registro da LSF propõe uma compreensão integrada da língua, em que a variação de registro desempenha um papel central. Nesse contexto, foram definidas três metafunções que orientam a análise do discurso: a metafunção ideacional, que está relacionada ao campo; a metafunção interpessoal, que abrange as relações; e a metafunção textual, que considera o modo. Essa articulação das metafunções evidencia como texto e língua se inter-relacionam, destacando as escolhas linguísticas feitas em função dos diferentes contextos em que os textos são produzidos e utilizados.

Ao articular a teoria da LSF com os princípios da PGES e as diretrizes da BNCC, observa-se um movimento de convergência entre pesquisa acadêmica e prática docente. Essa integração evidencia que o ensino com base em gêneros de texto, ancorado na LSF, oferece subsídios concretos para transformar o ensino em um processo mais significativo, crítico e emancipador. Dessa forma, fortalece-se a ideia de que o ensino de gêneros, por meio do CEA, é uma estratégia para o desenvolvimento das competências linguísticas, discursivas e cidadãs dos estudantes.

IMPRESSIONES SOBRE O USO DA PGES E O CEA NA PRÁTICA LOCAL

A PGES e o CEA têm sido amplamente reconhecidos e discutidos como abordagens pedagógicas eficazes no contexto educacional brasileiro. Ambas contribuem significativamente para a melhoria do ensino de leitura e escrita, alinhando-se com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A PGES, focada no uso de gêneros de texto, tem como objetivo não apenas melhorar a compreensão e a produção de textos pelos alunos, mas também promover habilidades de leitura crítica e uma didática dinâmica. A BNCC apoia a adoção dessa abordagem, reconhecendo seu potencial para um aprendizado mais contextualizado e significativo, como ilustrado nas oficinas propostas por Fuzer em seus trabalhos no Ateliê de Textos, que demonstram a aplicabilidade prática da PGES.

Por outro lado, o CEA se caracteriza pela organização do ensino em etapas sequenciais, permitindo que os alunos adquiram autonomia gradativamente, particularmente na produção textual. Essa estrutura proporciona segurança tanto para os alunos quanto para os professores, exigindo, no entanto, uma colaboração constante entre as partes envolvidas no processo. Ao seguir o CEA, os estudantes não apenas se apropriam das habilidades de escrita, mas também desenvolvem uma compreensão mais profunda das funções e finalidades dos textos, o que fortalece sua capacidade de expressar ideias de maneira clara e coerente.

A PGES, ao detalhar as características e estruturas dos diferentes gêneros de texto, tem se mostrado uma ferramenta eficaz para facilitar a compreensão dos textos pelos alunos. Ao ensiná-los a identificar as características de cada gênero, a abordagem oferece segurança e confiança na produção de textos

dentro das convenções próprias de cada tipo textual. Já o CEA, com suas etapas bem definidas, favorece a organização do processo de ensino, permitindo que os alunos ganhem gradualmente mais autonomia na produção de seus textos. Essa abordagem contribui para a formação de uma escrita mais reflexiva e crítica, essencial para o desenvolvimento de habilidades de comunicação. Em suma, é perceptível a importância de ambas as abordagens, pois contribuem para o processo de ensino-aprendizagem e está ligado ao que a própria BNCC defende.

Apesar das contribuições significativas de ambas as abordagens, sua implementação enfrenta desafios no contexto de turmas com grande número de alunos ou com poucos recursos pedagógicos. Tais fatores podem comprometer a efetividade do processo de ensino e aprendizagem, tornando difícil a aplicação integral do CEA. Além disso, a necessidade de um planejamento detalhado e a exigência de mais horas de aula representam desafios logísticos, especialmente considerando os horários limitados para as disciplinas. A avaliação contínua, que é essencial ao longo de todo o ciclo, exige acompanhamento constante do desenvolvimento dos alunos, além de correções e ajustes por parte dos professores, o que pode ser difícil de implementar de forma consistente.

A LSF oferece uma proposta significativa para o ensino da produção textual, considerando o texto como uma prática social inserida em uma perspectiva plural. A PGES possibilita a expressão da cidadania e promove a construção da autonomia dos alunos, que, ao interagir com diferentes formas de sociabilização, transformam suas experiências em textos de qualidade, desde que orientados adequadamente. Nesse sentido, o uso da PGES é um caminho favorável à construção da autonomia, uma vez que os alunos, como agentes de suas práticas, são capazes de criar textos com base nas vivências que experienciam em contextos sociais diversos.

A pesquisa pedagógica, ao adotar essas abordagens, pode favorecer a formação de alunos autônomos e capazes de se comunicar de maneira eficaz, seja por meio da fala, da escrita ou de formas multimodais de expressão. A BNCC, como documento educacional norteador, destaca a importância da equidade no currículo, o que reforça a conexão entre a PGES e as diretrizes propostas para o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos. Essa conexão entre a PGES e os princípios da BNCC sugere que as práticas de produção textual podem ser enriquecidas em todas as etapas da educação básica, proporcionando um ensino mais inclusivo e significativo.

As pesquisas realizadas a partir das práticas sociais no ensino de gêneros de texto oferecem uma valiosa contribuição para o desenvolvimento da comunicação em diferentes modalidades, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e autônomos. A Escola de Sydney, como base teórica e metodológica, tem se mostrado uma ferramenta poderosa para analisar textos, especialmente quando alinhada aos conceitos de registro, contexto e gênero, conforme abordado por Martin (1992). Nesse sentido, as práticas pedagógicas fundamentadas na LSF e na PGES têm o potencial de transformar o ensino de leitura e escrita no Brasil, reduzindo as desigualdades educacionais e promovendo um aprendizado mais inclusivo e reflexivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo evidenciou a relevância da Pedagogia de Gêneros da Escola de Sydney (PGES), articulada à Teoria da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), como uma proposta eficaz para a transformação das práticas pedagógicas no contexto educacional brasileiro. A análise de estudos como os de Cangussú (2018), Fuzer (2017) (Fuzer; Gerhardt; Vian Jr., 2021), Martin e Rose (2008), Muniz da Silva (2018), Ramalho (2021), Rojo (2005) e Silva (2018) demonstrou que o ensino baseado em gêneros textuais ultrapassa a dimensão normativa da língua, promovendo uma abordagem crítica, contextualizada e socialmente situada do processo de ensino-aprendizagem.

A integração entre a PGES e o Ciclo de Ensino e Aprendizagem (CEA) revela-se inovadora ao estruturar o ensino de forma gradual e colaborativa, possibilitando que os alunos avancem da construção conjunta para a produção autônoma de textos. Essa perspectiva, sustentada pelos pressupostos da LSF, compreende a língua como um recurso sociossemiótico moldado pelo contexto, fortalecendo o papel do educador como mediador que promove reflexões sobre linguagem, identidade, diversidade e inclusão.

Ao alinharmos essa abordagem às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), percebemos uma convergência entre teoria e prática que potencializa a formação cidadã e crítica dos estudantes. A BNCC, ao enfatizar o ensino por meio de gêneros textuais, legitima o trabalho com a linguagem em seus múltiplos usos sociais, valorizando a singularidade dos sujeitos e as práticas sociais em que estão inseridos.

A literatura analisada aponta ainda que a adoção da PGES e do CEA depende do investimento na formação continuada de professores e no fortalecimento institucional das propostas pedagógicas baseadas em gêneros. Como destaca António Nóvoa (1993), mudanças significativas na educação devem partir das realidades concretas das escolas e das inquietações dos educadores. Nesse sentido, é essencial que os professores se sintam preparados e apoiados para implementar práticas que promovam o letramento crítico e a cidadania ativa dos alunos.

Dessa forma, constata-se que a PGES e o CEA, fundamentados na LSF, não apenas oferecem ferramentas para o aprimoramento das competências linguísticas, mas também se apresentam como estratégias potentes para promover uma educação mais inclusiva, equitativa e significativa. As experiências pedagógicas analisadas evidenciam impactos positivos no desenvolvimento de habilidades discursivas e na autonomia dos estudantes, contribuindo para uma prática educativa sensível ao contexto social, cultural e linguístico em que se insere. Essas abordagens representam um caminho promissor para o fortalecimento do ensino no Brasil, possibilitando que o trabalho com os gêneros textuais seja um instrumento de transformação tanto do fazer pedagógico quanto da própria escola como espaço de formação humana.

Portanto, pode-se afirmar que tanto a Pedagogia de Gêneros da Escola de Sydney (PGES) quanto o Ciclo de Ensino e Aprendizagem (CEA) são abordagens de grande relevância para o ensino e a aprendizagem, pois promovem uma interação significativa entre professor e aluno, fundamentada nos prin-

cípios da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). A clareza estrutural e a intencionalidade pedagógica dessas propostas garantem um trabalho com os gêneros textuais mais alinhado à realidade dos estudantes, respeitando seus contextos socioculturais e os recursos disponíveis, o que torna a educação mais equitativa, inclusiva e socialmente engajada.

Essa perspectiva se articula com as reflexões trazidas pelo dossiê Práticas e experiências na formação de professores em tempos de resistência cultural, que busca contribuir com o debate atual sobre os desafios da formação docente nas realidades local, nacional e internacional. Em um cenário marcado por crises nas esferas da governança global e das relações sociais, as culturas têm se configurado como espaços de resistência e resiliência. Dentro e fora da escola, professores e professoras vêm ressignificando suas práticas pedagógicas para responder às rápidas transformações promovidas pelas tecnologias, pelas novas formas de comunicação e pelas exigências do mundo do trabalho.

Nesse contexto, a formação docente ultrapassa os limites da sala de aula e assume um papel central na preservação de uma educação crítica, inclusiva e plural. Frente aos desafios ideológicos e às pressões do mercado, torna-se essencial que os profissionais da educação encontrem respaldo teórico e metodológico em abordagens como a PGES e o CEA, capazes de articular conhecimento acadêmico e experiência prática. Assim, essas propostas não apenas fortalecem o ensino de língua, mas também reafirmam o compromisso da escola com a cidadania, a diversidade e a transformação social.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (2018). Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC.
- Cangussú, F. D. A. (2018). **Ciclo de ensino e aprendizagem da pedagogia de gênero: Uma proposta de intervenção nas práticas de ensino de produção textual** [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará]. Repositório Institucional do PROFLETRAS.
- Fuzer, C. (2017). **Ateliê de textos para ler e reinventar estórias: Do contexto ao texto e vice-versa** [Recurso eletrônico]. Ed. PRE.
- Fuzer, C., Gerhardt, C. C., & Vian Jr., O. (2021). Abordagem de gênero da escola de Sydney e seu uso no contexto educacional brasileiro: Uma discussão terminológico-conceitual sobre estórias e histórias. *Organon*, 36(71), 235–256. <https://doi.org/10.22456/2238-8915.111696>
- Halliday, M. A. K., & Hasan, R. (1989). **Language, context, and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford University Press.
- Martin, J. R. (1992). **English text: System and structure**. John Benjamins.
- Martin, J. R., & Rose, D. (2008). **Genre relations: Mapping culture**. Equinox.
- Nóvoa, A. (1993). **Os professores e as reformas de ensino na viragem do século (1886–1906)**. Asa.
- Ramalho, H. A., Vian Jr., O., & Cooper, J. S. (2021). Gêneros de texto na BNCC: Um diálogo com a pedagogia com base em gêneros da escola de Sydney. *Organon*, 36(71), 217–234. <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/112733>
- Rojo, R. (2015). Gêneros do discurso e gêneros textuais: Questões teóricas e aplicadas. In J. L. Meurer, A. Bonini, & D. Motta-Roth (Orgs.), **Gêneros: Teorias, métodos, debates** (pp. 15–38). Parábola.

Rose, D., & Martin, J. R. (2012). **Learning to write, reading to learn: Genre, knowledge and pedagogy in the Sydney School**. Equinox.

Silva, E. C. M. da. (2018). Gêneros na teoria sistêmico-funcional. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, 34(1), 305–330. <https://doi.org/10.1590/0102-4450297878862629695>